

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Notícias falsas provocam recuo do governo sobre Pix.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF investigará as fake news.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ex-secretário da Receita diz que norma era boa e revogação é um erro.....6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Direita "fura bolha" com vídeo sobre Pix e volta a derrotar governo na rede.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em meio a boataria, transações caem na virada do ano.....9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

AGU diz que vai pedir para PF investigar quem espalhou desinformação.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Novo socorro a Estados pressiona contas públicas.....12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Em dezembro, MP-SC pagou até R\$ 200 mil a procuradores estaduais.....14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

PT resiste a Pacheco e quer acordo com Lira para atrair o Centrão.....15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Reforma ministerial deve chegar a aliados só depois de eleição das Mesas.....17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária vai gerar série de ações.....19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula sanciona hoje Reforma Tributária, com vetos.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Benefício a refinaria de AM amarra sanção de reforma.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas e holdings correm para poder optar por regime transitório da reforma.....23

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Monofasia no gás pode gerar forte ineficiência tributária e afastar investimentos em produção.....25

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Meta de variação do PIB, além da de inflação (Artigo)..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fake news do Pix interdita debate - ALVARO GRIBEL..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Conta de juros dispara e exige esforço fiscal maior (Editorial)..... 30

Notícias falsas provocam recuo do governo sobre Pix

MAYARA SOUTO E VICTOR CORREIA

O governo recuou e revogou a instrução normativa da **Receita Federal** que aumentava o escopo de fiscalização do Pix, após uma enxurrada de notícias falsas sobre taxaço desse meio de pagamento. A decisão foi anunciada, ontem, pelo secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, depois de reunião convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também participaram o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o Advogado- Geral da União (AGU), Jorge Messias.

Além disso, Lula vai editar uma medida provisória para garantir que o Pix não será taxado e continuará a ser protegido pelo sigilo bancário. O texto, que dependerá da aprovação do Congresso, também proibirá que comerciantes cobrem valores mais altos em transações digitais do que em dinheiro. Também foi anunciado que a Polícia Federal investigará as fake news sobre o Pix (leia reportagem na página ao lado).

A crise provocada pela divulgação de notícias falsas forçou o governo a corrigir o rumo. "Nos últimos dias, pessoas inescrupulosas distorceram e manipularam o ato normativo da **Receita Federal**, causando pânico principalmente na população mais humilde", comentou Barreirinhas.

"Por conta dessa continuidade do dano, decidimos revogar esse ato, em um primeiro momento, por dois motivos: um deles é tirar isso que virou arma na mão de criminosos e escrupulosos; e a segunda razão é não prejudicar o debate da MP", acrescentou.

Desde o dia 1º deste mês, passou a valer uma normativa da **Receita Federal**, publicada em julho do ano passado, que aumentou a fiscalização do Pix. Com a medida, bancos digitais, fintechs e instituições de pagamento - como as "maquininhas" - passaram a ter de enviar ao Fisco dados sobre transações que superem R\$ 5 mil por mês para pessoas físicas, e R\$ 15 mil mensais para pessoas jurídicas.

Bancos de grande porte já eram obrigados a repassar tais informações. Ontem, a jornalista, Haddad afirmou que os bancos digitais e as fintechs também já o faziam de forma voluntária, pois era comum o uso de contas dessas instituições por golpistas.

O ministro da Fazenda também comentou sobre a medida provisória. "É uma MP que reforça os princípios tanto da não oneração, da gratuidade do uso do Pix, quanto de todas as cláusulas de sigilo bancário em torno do Pix, que foram objetos de exploração dessas pessoas que, na nossa opinião, estão cometendo um crime", frisou o titular da Fazenda.

O Pix não é taxado e, como destacou o ministro, o atual governo é contra a cobrança.

As transações também já estão garantidas pelo sigilo bancário.

Ou seja, a proposta não muda, de fato, a transação digital, mas funciona como uma resposta política em meio à artilharia nas redes.

"Pix é dinheiro. Pix é depósito em dinheiro instantâneo na conta das pessoas. Não é crédito, não é DOC, que vai no dia seguinte, nada disso", enfatizou Haddad, ao justificar que não faz sentido taxar a ferramenta.

"E não é porque (o Pix) passa pelo sistema financeiro que não está protegido pelo sigilo.

Está da mesma forma", emendou.

A Receita tem acesso apenas aos valores movimentados, e não ao destino e à finalidade dos pagamentos.

De acordo com Haddad, a intenção da MP é deixar claras as regras do Pix e levar a discussão ao Congresso. Questionado, o chefe da Fazenda negou que o governo tenha cedido à pressão das notícias falsas ao revogar as mudanças.

"Nós queremos que a MP seja discutida com sobriedade pelo Congresso Nacional. Não queremos contaminação com fake news para discutir aquilo que está na lei", afirmou. Ele admitiu, porém, que a desinformação gerou problemas. "O estrago causado está feito por esses inescrupulosos. Inclusive, senador da República e deputado federal agindo contra o Estado brasileiro. Essas pessoas vão ter que responder pelo que fizeram", disse.

"O estrago causado está feito por esses

inescrupulosos. Inclusive, senador da República e deputado federal agindo contra o Estado brasileiro. Essas pessoas vão ter que responder pelo que fizeram"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

"Nos últimos dias, pessoas inescrupulosas distorceram e manipularam o ato normativo da **Receita Federal**, causando pânico principalmente na população mais humilde"

Robinson Barreirinhas, secretário especial da **Receita Federal**

**

SAIBA MAIS

Cronologia da crise

1º de janeiro - início do monitoramento

» A **Receita Federal** começa a fazer o monitoramento em operadoras de cartão de crédito e instituições de pagamento. A medida havia sido publicada em setembro no Diário Oficial da União (DOU). Os dados seriam apresentados quando o montante movimentado no mês superasse R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 15 mil para jurídicas.

4 de janeiro - divulgação da regra pela Receita

» A divulgação da medida é recebida por uma onda de fake news. Nos dias seguintes, as notícias falsas se disseminam com mais força, afirmando que a medida significaria uma taxaço sobre o Pix, ou que quem realizasse movimentações acima de R\$ 5 mil seria obrigado a pagar a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, ou que o PT criminalizaria o porte de dinheiro físico para aumentar a arrecadação por taxaço de pessoas físicas.

9 de janeiro - fake news se multiplicam

» Vídeo com uso de inteligência artificial adultera a voz do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para simular que ele tenha declarado que o plano do governo é "taxar tudo" e falado na criação de imposto "do cachorrinho de estimação", imposto de "pré-natal" para grávidas e imposto "das bets".

10 de janeiro - Vídeo de Lula

» Chamam a atenção os registros de lojistas e outros comerciantes se recusando a receber Pix. Sem entender a medida, os pequenos negócios demonstram cautela, e há quem divide em mais de um

CPF para recebimento.

» Golpistas também utilizam a confusão sobre a medida para cometer crimes. Com as fake news incluindo a adulteração da voz de ministro em vídeo, o governo tenta reforçar a comunicação de que a medida não significaria mais **impostos**. O presidente Lula publica vídeo no qual faz um Pix de R\$ 1.013 para a vaquinha da Arena Corinthians, como uma tentativa de demonstrar que não há taxaço.

14 de janeiro - oposição pede "impixment" de Lula

» Mesmo após a Receita, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o ministro da Fazenda e o Planalto terem negado que haveria taxaço do Pix, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro na Câmara insistiram nas fake news e tentaram mobilizar a oposição, pedindo até o impeachment ("impixment") de Lula. Vídeos dos parlamentares da oposição tiveram 20 vezes mais interações do que os do governo.

15 de janeiro - anunciada a revogação da medida

» O governo Lula informa que revogará a medida da Receita e que publicará uma medida provisória para reforçar a gratuidade e o sigilo do Pix.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6878/16-01-2025.html?all=1>

PF investigará as fake news

MAYARA SOUTO E VICTOR CORREIA

Em paralelo à revogação da norma que ampliava a fiscalização do Pix, o governo federal abriu ofensiva para descobrir a origem das fake news que ganharam força nas redes sociais e punir os responsáveis por sua divulgação, inclusive, parlamentares. O caso será investigado pela Polícia Federal (PF).

"Determinamos que a AGU (Advocacia-Geral da União), ainda hoje (ontem), notifique a Polícia Federal para abertura de inquérito policial para identificar todos os autores nas redes sociais que iniciaram essa desordem informacional e criaram essa narrativa", anunciou o advogado-geral da União, Jorge Messias.

O governo também ficou preocupado com a quantidade de golpes financeiros que passaram a ser aplicados com base na falsa taxaço. Há relatos de boletos falsificados, recebidos por e-mail ou correspondência, cobrando o pagamento de supostas taxas sobre o Pix e outras movimentações financeiras. Os boletos usaram, inclusive, os logos do governo federal, da Receita e do Ministério da Fazenda. Isso também será investigado. "Pessoas de boa-fé caíram em golpes estimulados pela mentira produzida por esses criminosos", enfatizou Messias.

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, também repudiou a ofensiva.

"A **Receita Federal** não aceitará o que aconteceu, que foi o uso do nome da Receita, dos símbolos da Receita, para dar golpes nas pessoas mais humildes deste país", pontuou.

Messias anunciou que pedirá à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon) a abertura de inquérito interno para identificar práticas abusivas nas relações de consumo que tenham ligação com o Pix. Uma campanha também deverá ser lançada com o Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) de cada unidade da Federação, com o objetivo de disseminar informações verdadeiras sobre o uso do Pix.

Vídeo viraliza

Opositores aproveitaram as mudanças e uma falha de comunicação do governo para criticar Lula. O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), por exemplo, viralizou nas redes sociais, na terça-feira, em um vídeo comentando sobre o assunto. "Pix não será

taxado, mas é bom lembrar: a roupinha da China não seria taxada, e foi", afirmou o parlamentar, fazendo alusão ao imposto sobre compras internacionais, aprovado no ano passado. A postagem alcançou 150 milhões de visualizações.

A jornalistas, ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou que a oposição no Congresso foi responsável pela maior parte da divulgação das notícias falsas. Ele aproveitou para alfinetar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), um dos parlamentares que mais criticaram a norma da Receita. Haddad citou que Flávio foi investigado por desvio de recursos parlamentares enquanto atuava na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

"Ele foi pego pela Receita. Não adianta esse pessoal que comprou mais de 100 imóveis com dinheiro de rachadinha ficar indignado com o trabalho sério que a Receita está fazendo", disparou o ministro. "Ao invés de criticar o governo, ele devia explicar como, sem nunca ter trabalhado, angariou um patrimônio espetacular", acrescentou.

A denúncia contra o senador foi rejeitada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), mas há um recurso a ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que pede a reabertura do caso.

Flávio respondeu, em nota, as críticas de Haddad. Disse ser "ficha limpa" e acrescentou: "Lula faz mais mal pra economia que a própria pandemia, e Haddad não tem a mínima competência para ser ministro numa crise dessa.

Deveria pedir umas aulas pro Paulo Guedes, de como superar o desastre desse outro meteoro, chamado Lula, que atingiu o Brasil em cheio. Se durar até 2027, será demitido por Bolsonaro".

"Determinamos que a AGU notifique a Polícia Federal para abertura de inquérito policial para identificar todos os autores nas redes sociais que iniciaram essa desordem informacional e criaram essa narrativa"

Jorge Messias, advogado-geral da União

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6878/16-01-2025.html?all=1>

Ex-secretário da Receita diz que norma era boa e revogação é um erro

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O ex-secretário da **Receita Federal** Marcos Cintra, que chefiou o órgão em 2019 durante o governo Jair Bolsonaro, entende que o governo errou ao recuar da medida que ampliava o monitoramento da Receita sobre as transações financeiras, incluindo via Pix. Para Cintra, a "emenda saiu pior que o soneto" e a equipe econômica "vestiu a carapuça" ao abrir mão da proposta, após a onda de fake news que tomou conta das redes sociais e chegou às ruas.

"Acho que era uma medida correta, inevitável, justificável tecnicamente, e que simplesmente aprofundava ou modernizava mecanismos de fiscalização que já estavam sendo utilizados.

Portanto, o uso desses instrumentos não pode, de forma alguma, fazer com que a **Receita Federal** seja criticada por isso", afirmou.

Cintra entende, por outro lado, que houve erro da parte do governo ao comunicar a medida. Ele avalia que era preciso passar para a sociedade que a Receita tem a obrigação de monitorar as transações e que o objetivo era evitar a evasão fiscal (o não pagamento de **impostos** devidos) de grandes sonegadores para conseguir diminuir a carga para quem hoje já paga os **impostos** corretamente.

"O governo anunciou muito mal. Se eu estivesse lá, teria passado a seguinte mensagem: nós vamos aprofundar os meios de controle da sonegação através do uso do Pix. Mas limitar não em R\$ 5 mil; quem sabe, em R\$ 50 mil, num patamar mais alto, que aí você vai pegar os grandes. E iria dizer que isso iria permitir a redução das alíquotas de todo mundo", afirmou.

O recuo, porém, passou a sensação de que a oposição estava certa em fazer as críticas por meio das redes sociais, segundo Cintra.

"Voltar atrás, para mim, me pareceu ainda mais preocupante, porque mostra que, de alguma forma, o governo vestiu a carapuça sobre temores que claramente foram veiculados de maneira inidônea. Em momento nenhum se poderia achar que o Pix seria tributado", afirmou.

CPMF. Durante o governo Bolsonaro, Cintra era um forte defensor da tributação dos meios de pagamento, com alíquotas entre 0,2% e 0,4%. A forte rejeição do Congresso à volta de um imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), contudo, acabou custando a sua permanência no cargo.

"O ponto positivo é que a revolta do Pix é o primeiro sinal de que a tributação digital do pagamento virá inexoravelmente por bem ou por mal", afirma Cintra, que segue na defesa da proposta.

"O ponto negativo é que, politicamente, pode custar um preço muito alto para o governo qualquer forma de tributação que incida sobre pagamentos", diz.

No pronunciamento sobre a revogação da medida, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez uma referência à gestão Bolsonaro nesse sentido, sem citar nomes.

"O governo anterior tentou, e fracassou, reintroduzir no sistema jurídico a antiga CPMF. Não é o caso deste governo. O governo não trabalha com essa hipótese."

Imposto

Defensor da volta da CPMF, Cintra diz que tributação de pagamento digital 'virá' em algum momento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Direita "fura bolha" com vídeo sobre Pix e volta a derrotar governo na rede

Em meio a troca de comando na comunicação, o governo Lula sofreu uma dura derrota nas redes sociais, justamente a área apontada como gargalo pelo presidente e pelo novo chefe da área, Sidônio Palmeira. A repercussão negativa da norma da **Receita Federal** que ampliava a fiscalização em transações financeiras como o Pix, que levou a um recuo ontem do Planalto, foi alavancada nas plataformas digitais com o vídeo do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que conseguiu atingir perfis de fora do campo da direita. A prevalência da oposição no debate sobre o tema já era uma tendência nas redes sociais nos últimos dias.

A gravação do parlamentar alcançou mais de 210 milhões de visualizações até ontem no Instagram, número 13 vezes maior que a postagem feita por Lula na mesma rede para desmentir alegações falsas de que haveria taxaço do Pix com a medida. No vídeo, Nikolas sugere que a gestão federal possa vir a taxar trabalhadores, que segundo ele seriam os mais prejudicados pela regra da Receita. Dados levantados pela empresa de consultoria Bites mostram que o deputado ganhou cerca de 1 milhão de seguidores no Instagram em dois dias.

Um levantamento feito pelo grupo de pesquisadores Democracia em Xequê aponta que, de forma geral, a direita dominou o debate nas redes. Entre 7 de janeiro e as 12h de terça-feira, 311 mil publicações foram identificadas. A amostra, feita antes da viralização do conteúdo de Nikolas Ferreira, apontou que perfis de direita somaram 4,74 milhões de interações em postagens sobre o tema. A esquerda, foram pouco mais de três milhões.

Na avaliação da pesquisadora Letícia Capone, do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio, o sucesso da direita pode ser explicado pela resistência ao governo Lula em segmentos que se engajaram, como autônomos e empreendedores médios:

-A extrema direita conseguiu mobilizar narrativas que mexem com o imaginário coletivo. E uma questão que transcende o aspecto ideológico e a polarização, tendo o potencial de furar a bolha.

DISCURSO BOLSONARISTA

Até o vídeo de Nikolas, políticos da direita engajavam dentro de suas bases, de acordo com o grupo de pesquisadores. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chegou a fazer um tuíte em que afirmava que cabeleireiros e pedreiros poderiam ser obrigados a entregar parte de sua renda. A mensagem alcançou mais de 1,6 milhão de contas na rede social X. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também foi um dos principais difusores do discurso da oposição sobre o tema, por ter sido um dos primeiros. Ele publicou que a medida tinha o intuito de "quebrar sigilo bancário dos brasileiros em massa, sem autorização judicial".

O vídeo de quatro minutos de Nikolas, que o colocou ontem entre os assuntos mais comentados do X, foi o responsável por atingir usuários de fora da bolha. O deputado diz que a medida da Receita não levaria à taxaço do Pix, mas sugere que a população poderia vir a ser tributada. Em outra parte da gravação, Nikolas diz que o intuito da medida é "arrecadar mais **impostos**" e "tirar dinheiro do seu bolso".

-O governo Lula vai monitorar seus gastos. Não, o Pix não será taxado. Mas é sempre bom lembrar... acompri-nha da China não seria taxada, mas foi. Não ia ter sigilo, mas teve. Você ia ser isento do imposto de renda, não vai. O Pix não será taxado, mas não duvido que possa sim -afirmou o bolsonarista.

Para Marco Aurélio Ruediger, diretor da Escola de Comunicação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o deputado obteve relevância por fazer as associações com polêmicas do passado, como quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi apelidado de "Taxad" nas redes, por sua atuação durante a aprovação da **Reforma Tributária**. Ruediger avalia que a condução da crise, com falhas do governo na comunicação, foi o maior erro cometido desde o início do terceiro mandato de Lula:

- Foi uma grande derrota para o governo e a direita soube preencher este espaço. Até quando tentou explicar, o governo deixou nas mãos da Receita, do próprio leão que já gera desconfiança.

Mesmo tímida, a esquerda tentou reagir. O principal conteúdo em resposta às mensagens falsas foi feito por Lula e alcançou 15,9 milhões de visualizações no Instagram. No vídeo, o presidente faz um Pix para seu time, o Corinthians, para ajudar a pagar uma dívida do

clube e rebate a alegação de que haveria taxaço.

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) também teve destaque nas redes, ainda segundo o levantamento do Democracia em Xequ, ao também negar que haveria taxaço. O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) alcançou cerca de cinco milhões de usuários com quatro publicaçoes diferentes. Na principal, o psolista afirma que irá processar Nikolas por desinformar sobre a regra.

MAIS SOBRE A DECISÃO DO GOVERNO NA
PÁGINA11

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em meio a boataria, transações caem na virada do ano

Gabriel Shinohara

A queda na quantidade de operações do Pix entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025 foi a mais acentuada para o período desde a implementação do meio de pagamento em novembro de 2020. O levantamento considera o período dos dias 1 -a 14 de cada mês e mostra que o recuo foi de 15,3%.

Entre os dias 1-e 14 de dezembro de 2024 foram 2,70 bilhões de operações, enquanto neste mês somaram 2,29 bilhões. Procurado, o Banco Central (BC) informou que o "movimento do Pix está dentro da variação sazonal de início de ano".

Nas últimas semanas circularam notícias falsas de que o governo passaria a cobrar um tributo pelo uso do Pix, o que foi negado pela **Receita Federal** e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou que a norma que alterou as regras de monitoramento de movimentações financeiras, utilizada para espalhar desinformação, será revogada.

Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo vai editar uma Medida Provisória (MP) que reforça os princípios da gratuidade do Pix e do sigilo bancário. "A Medida Provisória reforça esses dois princípios e praticamente equipara o pagamento em Pix ao pagamento em dinheiro", disse. A MP estava prevista para ser editada ainda ontem.

Os meses de dezembro de todos os anos têm uma quantidade de operações superior aos demais períodos por conta do pagamento do 13- salário e das festas de fim de ano. Já no início do ano, em janeiro e fevereiro, os dados mostram que a quantidade de operações costuma ser menor.

As estatísticas do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SP1), que consideram as transações de Pix feitas entre instituições diferentes, mostram que a diminuição no número de operações entre dezembro e janeiro foi se acentuando nos últimos dois anos. Depois de cair 12,9% entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 (576,4 milhões para 502 milhões), a

quantidade de transações entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023

recuou 9,9% (1,12 bilhão para 1 bilhão). Já de dezembro de 2023 para janeiro de 2024, a queda foi de 11 % (1,97 bilhão para 1,75 bilhão). Os números também consideram os dias 1 a 14 de cada mês.

A professora da Fundação Ge-túlio Vargas (FGV), Carla Beni, apontou que a quantidade de operações no Pix aumenta em dezembro porque há mais dinheiro circulando e diminui em janeiro devido ao efeito de um volume grande de **impostos** e pagamentos que são feitos em sua maioria via boleto.

"O período agora das fakes news é um período muito restrito, então eu não sei se dá para fazer essa correlação imediata [entre a queda das operações por Pix e as notícias falsas]. Me parece um pouco precipitado".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a utilização do Pix não foi afetada. "Quando você pega a sazonalidade, em janeiro cai as transações em Pix na comparação com dezembro, é sazonal. Quando você considera a sazonalidade,

não tem havido problemas desse tipo", disse o ministro.

Haddad afirmou que os dados divulgados pelo BC mostram a sazonalidade da queda do Pix em janeiro em comparação com dezembro. "Quando foram verificar se essa queda era proporcional aos anos anteriores, se verificou que sim. Eu até poderia até dizer que o prejuízo foi maior, mas na verdade a queda foi sazonal, mas isso não significa que não deu dor de cabeça para as pessoas. A dor de cabeça para as pessoas foi instalada no país", afirmou.

Acilio Marinello, sócio-funda-dor da Essentia Consulting, afirmou que o único fato relevante

"Isso [fake news] de fato afugentou parte da população, que foi influenciada erroneamente por esses comentários" Acilio Marinello

que pode ter impactado essa queda no Pix é a desinformação que está circulando. "Isso de fato afugentou, digamos assim, parte da população que foi influenciada erroneamente por esses comentários", disse.

A quantidade de operações feitas pelo Pix sobre todos os anos, assim como o número de usuários cadastrados, tanto pessoas físicas como pessoa jurídicas.

A desinformação que está circulando tem como ponto a Instrução Normativa 2.219/24 publicada pela **Receita Federal** em setembro do ano passado e que deve ser revogada. A normativa estabelece que administradoras de cartão de crédito e instituições de pagamento devem passar a enviar informações para a **Receita Federal** sobre movimentações mensais acima de determinado valor. Instituições financeiras tradicionais, como grandes bancos, já eram obrigadas também a enviar essas informações anteriormente.

A norma que será revogada também alterava os valores mínimos das movimentações mensais globais para que entrassem na obrigatoriedade do envio. Até

2024, esses valores eram de R\$ 2 mil para pessoas físicas e R\$ 6 mil para pessoas jurídicas. A partir deste ano ficaram em R\$ 5 mil e R\$ 15 mil, respectivamente.

Além disso, em um esforço para informar sobre o tema, a Receita explicou que a atualização normativa não afeta o sigilo bancário e que o órgão não recebe informações detalhadas das transferências, como origem e destino dos pagamentos. Barreirinhas, da **Receita Federal**, disse que "pessoas inescrupulosas distorceram e manipularam um ato normativo da **Receita Federal**".

Haddad afirmou que o governo está discutindo providências contra quem está propagando notícias falsas e aplicando golpes. "A Advocacia Geral da União (AGU) foi envolvida para tomar providências judiciais contra os golpistas. Quem está divulgando fake news está patrocinando organizações criminosas no país que estão atuando, mandando boleto para a casa das pessoas, cobrando a mais indevidamente, dizendo que está sendo taxado quando não está", afirmou o ministro.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188091?page=1§ion=1>

AGU diz que vai pedir para PF investigar quem espalhou desinformação

FERNANDA TRISOTTO, CAIO SPECHOTO, SOFIA AGUIAR E ALVARO GRIBEL

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou ontem que a AGU pediu à Polícia Federal a abertura de inquérito para identificar as pessoas que criaram e disseminaram informações falsas envolvendo a nova fiscalização do Pix. De acordo com ele, há fortes indícios de crime contra a economia popular, cuja pena vai de um a cinco anos de prisão e multa.

Messias disse que a administração federal identificou a utilização de símbolos do governo, da **Receita Federal** e do Ministério da Fazenda em posts com informações falsas. "Identificamos práticas abusivas nas relações de consumo", disse.

O advogado-geral da União também afirmou que o governo quer a abertura de um inquérito na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) sobre eventuais crimes nas relações de consumo por conta das fake news relacionadas à tributação do Pix.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a principal fonte de divulgação de fake news envolvendo a nova fiscalização do Pix foi a oposição. Ele chamou de "inescrupulosos" os parlamentares que espalharam notícias falsas sobre o Pix.

O ministro citou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao defender a fiscalização da Receita.

"As rachadinhas foram combatidas porque a autoridade identificou uma movimentação absurda nas contas do Flávio Bolsonaro", disse.

Ontem, o senador postou no X que Haddad "ao ameaçar cobrar imposto de quem não pagava ao usar o Pix, parece meio óbvio que o preço vai aumentar para se manter a margem de lucro".

VARIAÇÃO SAZONAL. Em meio à onda de fake news que invadiu as redes sociais, houve um recuo de 15% no total de transações via Pix nas duas primeiras semanas deste mês em relação ao mesmo período de dezembro. No entanto, segundo o Estadão apurou, por ora os técnicos do Banco Central não veem esse movimento de queda como consequência das fake news que inundaram as redes sociais nas últimas duas semanas.

"(O) Movimento do Pix está dentro da variação sazonal de início de ano", informou ontem o BC em **comunicado**.

Quando a comparação é feita com janeiro de 2024, houve um crescimento de 30% nas transações, ritmo considerado dentro do normal pelo BC.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novo socorro a Estados pressiona contas públicas

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA COLABORARAM
GIORDANNA NEVES E AMANDA PUPO**

O mais novo programa de socorro a Estados endividados, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na terça-feira, libera os governos estaduais para gastar mais e reduz os juros das dívidas com a União, pressionando ainda mais as contas e o endividamento do governo federal.

Os Estados terão até 31 de dezembro deste ano para aderir ao novo regime, batizado de Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Economistas ouvidos pelo Estadão classificam a proposta como uma "bomba fiscal" em função do prejuízo que o governo federal deverá ter ao reduzir a dívida a ser paga pelos Estados e do risco de, lá na frente, a União ter de socorrer novamente os governos que não colocarem suas contas em dia.

Por outro lado, dispositivos da nova lei podem reduzir o "estrago" e o potencial negativo para as contas públicas. Entre esses pontos estão a possibilidade de Estados repassarem à União o que têm para receber de concessões, royalties e **impostos** não pagos inscritos em dívida ativa - o que pode levar o governo federal a parar de se endividar para pagar a **Previdência Social** - e a proibição de que governos estaduais sem dinheiro em caixa ampliem benefícios tributários.

Estados que possuem dívidas com a União poderão reduzir os juros desses encargos desde quem, em troca, realizem investimentos em educação.

O cerne do projeto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os juros poderão cair de 4% acima da **inflação** para zero, a depender da situação das contas dos entes regionais.

"No geral, a lei é muito ruim. A União passa a subsidiar os Estados, uma vez que os juros da dívida vão a zero.

Isso abre espaço fiscal para os Estados ampliarem seus déficits - o que, aliás, é estimulado pelo projeto, que determina gastos em diversas áreas como educação profissional ou infraestrutura", diz o economista e pesquisador do Insper Marcos Mendes.

Entre outros pontos, o governo barrou a possibilidade de Estados repassarem para a União os valores que iriam receber do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado na **reforma tributária**, para abater dívidas. Se a troca fosse autorizada, o objetivo do fundo, que é diminuir desigualdades regionais, seria deturpado, segundo o governo.

Para a economista e ex-secretária de Fazenda de Goiás Selene Peres Peres Nunes, os Estados precisavam de um novo indexador para os juros, pois a dívida ficou insustentável mesmo com grande esforço fiscal. O programa, porém, segundo ela, ficou com um desenho ruim ao trocar juros por um aumento de despesas com o discurso de investimentos em educação.

"A solução equivocada escalou quando interesses eleitorais levaram representantes do Legislativo a proporem uma série de benesses adicionais que, em alguns Estados, chegaram a triplicar a vantagem inicial.

Ocorre que esse não é um jogo de soma zero. Tudo que os Estados ganham, a União perde", afirmou Selene.

IMPACTO. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem que o novo programa de socorro aos Estados terá impacto anual financeiro de cerca de R\$ 20 bilhões, na pior das hipóteses.

Ele destacou que o novo regime gera, de fato, um impacto à União difícil de estimar. "Já olhando para o lado positivo, ele resolve a dívida de todos os Estados, não há argumentos contrários a isso. A dívida não crescerá mais em proporção às receitas dos Estados, dependendo das opções que os Estados aderirem", esclareceu. O secretário destacou ainda que o fundo de equalização previsto no programa terá um efeito estrutural importante.

**

Governo tem déficit primário de R\$ 4,5 bi em novembro de 2024

As contas do governo central registraram déficit primário - diferença entre receitas e despesas (sem

considerar juros da dívida) - de R\$ 4,51 bilhões em novembro.

O resultado sucedeu superávit de R\$ 40,81 bilhões em outubro.

O saldo, que reúne as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, foi o melhor desempenho em termos reais para o mês desde 2021. Em novembro de 2023, o resultado havia sido negativo em R\$ 38,07 bilhões, em valores nominais. No acumulado do ano até novembro, o déficit foi de R\$ 66,82 bilhões, ante R\$ 112,46 bilhões negativos em igual intervalo de 2023. I G.N. e A.P.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em dezembro, MP-SC pagou até R\$ 200 mil a procuradores estaduais

PEPITA ORTEGA

O pagamento de gratificações natalinas, indenizações de férias (60 dias por ano) e folgas (uma a cada três dias trabalhados) fez com que contracheques de procuradores e promotores de Justiça de Santa Catarina batessem em R\$ 200 mil em dezembro de 2024. Um grupo de 29 integrantes do Ministério Público do Estado (MP-SC) recebeu mais de R\$ 151 mil líquidos, cada um, no último mês do ano passado.

O MP-SC não divulga em seu Portal da Transparência a relação de nomes de promotores e procuradores acompanhada dos salários. O Estadão questionou a Procuradoria sobre os motivos da medida e os valores pagos em dezembro.

O MP respondeu: "A remuneração recebida segue o ordenamento jurídico vigente, com o subsídio observando o limite imposto pelo teto constitucional - exceto as verbas indenizatórias, devidamente autorizadas".

Os membros do Ministério Público conduzem e acompanham investigações sobre crimes e depois podem denunciar investigados, o primeiro passo para uma eventual condenação.

Também cabe aos promotores e procuradores fustigarem leis que contrariem a Constituição e a legislação, movendo ações contra a conduta da administração pública e de gestores caso haja alguma violação.

As folhas salariais de alguns promotores e procuradores de Santa Catarina não tiveram descontos pelo abate-teto, regra que, em tese, limitaria os proventos dos funcionários públicos ao valor do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (R\$ 44 mil).

GRATIFICAÇÃO. O maior contracheque do MP de Santa Catarina em dezembro foi pago a um procurador de Justiça que integra o Conselho Superior e o Colégio de Procuradores do órgão. A remuneração do procurador, ou salário-base, é de R\$ 39,7 mil, mas seu contracheque ganhou mais R\$ 141,8 mil em verbas indenizatórias, sobre as quais não incide o Imposto de Renda.

Só a gratificação natalina - que é paga por meio de uma folha suplementar - foi de R\$ 58,9 mil. O rendimento líquido total no mês passado foi de R\$ 203.166,93. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PT resiste a Pacheco e quer acordo com Lira para atrair o Centrão

VERA ROSA BRASÍLIA

A cúpula do PT está preocupada com a desidratação do partido na **reforma ministerial** a ser promovida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dirigentes petistas dizem, nos bastidores, que não veem sentido em uma possível entrada do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), no primeiro escalão do governo nem em afagos a quem traiu Lula no painel de votações do Congresso. Com esse diagnóstico, acham que quem deveria perder lugar na dança das cadeiras é o União Brasil.

O argumento é de que o partido, hoje no comando de três ministérios com orçamentos vistosos (Comunicações, Turismo e Integração e Desenvolvimento Regional), virou um "saco de gatos": está sempre dividido e não entrega os votos correspondentes a seu tamanho na Esplanada.

Em dezembro de 2024, por exemplo, a votação do primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que integrou o pacote de ajuste fiscal escancarou o racha: 23 deputados do União Brasil foram contra as medidas apresentadas pela equipe econômica e 36, a favor. Mesmo no PT, porém, houve três votos contrários ao governo.

Na avaliação de interlocutores de Lula, é preferível fazer um acordo político com o presidente do PP, senador Ciro Nogueira - que dá sinais de afastamento do bolsonarismo raiz -, a manter o espaço do União Brasil na segunda metade do governo. O problema é que, embora tenha diminuído o tom dos ataques, Ciro continua criticando o inquilino do Palácio do Planalto.

REFORMA. A largada da **reforma ministerial** foi dada anteontem com a posse do publicitário Sidônio Palmeira, marqueteiro da campanha petista de 2022, na Secretaria de Comunicação Social (Secom). Sidônio substituiu Paulo Pimenta (PT) com a difícil missão de tirar projetos da prateleira e "salvar" o governo. O PT administra 11 ministérios e tudo indica que passará por uma lipoaspiração.

Toda a estratégia leva em conta as eleições de 2026.

Expoente do Centrão, o PP é também a sigla do presidente da Câmara, Arthur Lira, que está de saída do cargo. O partido tem o Ministério do Esporte e a

presidência da Caixa, além de postos regionais.

Como mostrou o Estadão, há petistas - a exemplo do expresidente da Câmara João Paulo Cunha - que defendem o ingresso de Lira no governo.

Nessa lista está também o exministro da Casa Civil José Dirceu.

Os dois avaliam que Lira pode ajudar a levar parte do Centrão para a campanha de 2026, quando Lula pretende concorrer a novo mandato.

AGRICULTURA. Uma ala da corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), majoritária no PT, diz agora que o presidente da Câmara tem perfil para chefiar a Agricultura, hoje nas mãos de Carlos Fávaro (PSD), alvo de reclamações da bancada de seu próprio partido.

O objeto do desejo do grupo de Lira é o Ministério da Saúde, mas essa pasta dificilmente sairá da órbita do petismo, mesmo que Nísia Trindade, a atual titular, seja substituída.

As eleições que renovarão os comandos da Câmara e do Senado estão marcadas para 1.º de fevereiro. Indicado por Lira, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) é o favorito para ocupar sua cadeira. No Senado, Rodrigo Pacheco deverá passar o bastão para Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

A possibilidade de Pacheco integrar a equipe de Lula, no entanto, não agrada ao PT, nem mesmo se ele mudar para o MDB. Pacheco já foi das fileiras emedebistas e, antes do recesso parlamentar, vinha conversando sobre eventual migração para o partido.

Dirigentes do PT observam, em conversas reservadas, que não veem Pacheco como alguém capaz de fortalecer a articulação do governo com o Congresso em um ambiente marcado por sucessivas crises. O relacionamento azedou de vez, no fim do ano passado, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino bloqueou parte das emendas parlamentares.

MINAS. Lula quer que Pacheco seja candidato ao governo de Minas Gerais, em 2026, e dê palanque para o PT. É com essa perspectiva que ele precisaria

ficar sob os holofotes após deixar o comando do Senado. Pacheco, porém, resiste à ideia de disputar o Edifício Tiradentes.

Apesar da bolsa de apostas, o presidente ainda não decidiu o desenho da **reforma ministerial**.

Sabe-se, contudo, que a mudança será bem menor do que o Centrão espera.

Se não precisasse mexer no time para fazer novos arranjos políticos, Lula não gostaria nem mesmo de promover mais trocas. O ideal, para ele, é que quem entrasse na equipe agora fosse como Sidônio Palmeira e não tivesse pretensão de disputar as próximas eleições. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma ministerial deve chegar a aliados só depois de eleição das Mesas

Andrea Jubé De Brasília

Após a reunião ministerial, convocada para o dia 20 de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá iniciar as conversas sobre as mudanças no primeiro escalão. Contudo, as alterações devem ser feitas em duas etapas: substituições pontuais em pastas comandadas pelo PT ocorreriam ainda em janeiro. As demais, envolvendo aliados do Centrão, ficariam para fevereiro, após as eleições para as mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado.

Segundo uma fonte credenciada do governo, quando o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou, em entrevista à Globo-News, que Lula faria mudanças "pontuais" no Ministério até o dia 21 de janeiro, ele foi "impreciso". Isso porque, na verdade, queria se referir "ao mês de janeiro", e às substituições "da casa", ou seja, relacionadas ao PT e à cota pessoal do presidente.

De acordo com a mesma fonte, o presidente quer trocar ou re-manejar ministros do PT, cujos desempenhos ele acredita que estariam aquém do desejado. A presidente da sigla, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse em entrevista ao Valor que ainda aguarda ser chamada pelo presidente para discutir os espaços do partido no governo.

O Valor apurou com fontes do governo e do PT que estariam no radar da primeira etapa de mudanças: a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves; a ministra da Saúde, Nísia Trindade; o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo; e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha.

Em outra frente, o ministro da Defesa, José Múcio, pediu ao presidente para deixar o cargo por razões pessoais. Mas Lula tenta convencer Múcio, com quem tem laços de amizade, a permanecer mais tempo no ministério.

O Valor apurou que o presidente chegou a pedir aos comandantes militares que o ajudem a convencer Múcio a não sair agora, mas o ministro já submeteu ao presidente uma lista de quatro nomes que, na sua avaliação, preservariam a boa relação do governo com a cúpula militar.

Os nomes que Múcio submeteu a Lula para substituí-los são: os do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin; do ministro da SRI, Alexandre Padilha; do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski; e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Wagner já foi titular da pasta no governo Dilma Rousseff.

De acordo com as fontes ouvidas pelo Valor, Cida Gonçalves poderia ser substituída na pasta das Mulheres pela ministra Luciana Santos (PCdoB), de Ciência e Tecnologia. Com esse movimento, Lula abriria uma vaga atraente para acomodar partidos do Centrão que querem ampliar espaços na Esplanada. Procurada por meio da assessoria, a ministra das Mulheres não quis comentar a eventual mudança.

Por sua vez, interlocutores de Nísia Trindade ouvidos pelo Valor rechaçaram os rumores de que ela poderia ser substituída na pasta por Padilha ou pelo presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Arthur Chioro - ambos foram ministros da Saúde na gestão de Dilma Rousseff. Alas do PT vêm cobrando, internamente, a substituição de Nísia. Lula tem registrado as críticas e refletido sobre elas, mas ainda não deu sinais de que consumará a troca.

Quanto ao titular da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo, Lula já fez críticas públicas ao auxiliar, dando munição ao fogo amigo que defende a substituição do petista no ministério. No entanto, interlocutores de Macêdo afirmaram ao Valor que o ministro já se reabilitou junto ao presidente após a realização da Cúpula Social do G20 no Rio de Janeiro, evento paralelo ao encontro oficial dos chefes de Estado.

Segundo essas fontes, Lula teria ficado tão satisfeito com o evento que já teria encomendado a Macêdo uma programação social semelhante para a cúpula do Bries e para a cúpula mundial do clima, a COP30, ambos eventos internacionais de ampla projeção que ocorrerão no Brasil neste ano. Para o interlocutor de Macêdo, o presidente não teria encomendado as missões se quisesse substituir o auxiliar.

Por fim, um interlocutor de Padilha descartou a substituição do articulador político ou o seu re-manejamento para os ministérios da Saúde ou da

Defesa. Essa fonte reconheceu a pressão do Centrão para que Lula nomeie um articulador político de fora do PT para "arejar" o palácio e melhorar a interlocução com o Congresso. Até o momento, contudo, Lula resiste a essa mudança.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188091?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188091?page=2§ion=1)**

Reforma tributária vai gerar série de ações

JULIANA SOUSA* **Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa*

» Entrevista | EVERARDO MACIEL | ex-secretário da **receita Federal**

Ex-secretário da **Receita Federal**, Everardo Maciel criticou a **reforma tributária**. Entre outros pontos, alertou para o fato de que a inclusão de princípios como justiça fiscal, transparência, cooperação e defesa do meio ambiente abre espaço para interpretações variadas e debates intermináveis, o que pode prejudicar a eficiência do sistema tributário.

Ele também diz que aumentará o número de ações judiciais.

"No Brasil, 83 milhões de ações em curso na Justiça têm a ver com matéria tributária; 38% estão relacionadas à dívida ativa. Então, é preciso se preparar para esse aumento", ressaltou, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Samanta Sallum, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

O governo federal confirmou para hoje, no Palácio do Planalto, a sanção do projeto que regulamenta a **reforma tributária**. A seguir, os principais trechos da entrevista com Everardo Maciel: O senhor avalia que a **reforma tributária** ajudará a simplificar o equilíbrio fiscal?

"Dois pontos: simplificar? A Constituição de 1967, no capítulo tributário, tinha 2.500 palavras.

A Constituição de 1988, no mesmo capítulo, tinha cinco mil palavras. Dobrou. Com essa emenda, dessa reforma, o texto passou a ter 12.500 palavras.

Vamos ver outro ponto.

Se a divulgação de um conjunto de princípios não articular bem nosso sistema tributário...

Diz-se que o sistema tributário deve observar princípios, como justiça fiscal, transparência, cooperação e defesa do meio ambiente. Para cada um desses princípios, posso dar 10 definições consistentes, que podem ser diferentes entre si.

Se você combinar todos esses conceitos, somando centenas, senão milhares, de definições para cada um deles... Todas as vezes que você tentar agir, terá uma

chance de argumentar em torno de justiça fiscal, cooperação, defesa do meio ambiente ou transparência, ou simplesmente uma combinação de qualquer um desses princípios.

O senhor prevê uma avalanche de ações judiciais no setor tributário?

Apenas uma avalanche, não, mas, sim, um aumento significativo dessa enorme avalanche de agora. No Brasil, posso dizer que quase metade disso, 83 milhões de ações em curso na Justiça, tem a ver com matéria tributária; 38% estão relacionadas à dívida ativa. Então, é preciso se preparar para esse aumento.

No Brasil, não podemos tratar de matéria constitucional diretamente no Supremo, que chama isso de controle concentrado, ou na primeira instância, que é o controle difuso. E combinar isso é como juntar nitroglicerina pura. Então, se isso for o ponto principal, temos muita matéria tributária na Constituição. Como é que ficamos? Segundo ponto: para fazer isso ser aprovado, não podemos falar em emendas, que então, na véspera da aprovação, foram liberados R\$ 8,5 bilhões, que têm um enorme poder de conveniência. Pois bem, o custo para implementar isso foi a criação de vários fundos, como fundos nacionais e regionais, como o da Amazônia etc. Esses fundos somados, os estudos feitos, muito conservadores, falam em um trilhão de reais até 2040.

Como temos Imposto de Renda para financiar metade do que é necessário, a intenção dos estados e municípios é cobrar dois trilhões, dos dois trilhões brutos, pagos pelo contribuinte, para produzir um resultado líquido.

Grosso modo, não é exatamente isso, é uma abordagem de um trilhão de reais. Sem falar já contratamos um enorme problema político.

Qual é esse problema?

O problema político é o seguinte: foram criados fundos.

Os fundos foram criados para cooptar, para conseguir apoio dos estados para uma dita **reforma tributária**. Mas como é que se dividem os fundos? Vamos ser elegantes: o mesmo designado para fazer o Fundo de Participação dos Estados. O Fundo de Participação dos Estados está em um processo de transição. Esse processo de transição, tal como está hoje, se encerra

em 2280. Eu não consigo fazer ideia do que seja. Não sei se existirá ainda a Terra, a humanidade, o que vai acontecer. Pois bem, então, diga o seguinte: quando vai dividir, quando é um jogo? O que é jogo de soma zero? Eu tenho um montante, e você divide entre as partes. O montante está definido.

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6878/16-01-2025.html?all=1>

Cada um quer uma parte maior, não? Agora, há uma briga entre os estados que também têm como dívidas, e qual é o incentivo fiscal que você compensa? O que chama de incentivo fiscal? Outra briga boa, não?

Taxação das grandes fortunas tem futuro?

Isso é fantasia, não tem nenhum nexo. Não é algo que alguém possa adotar no mundo real. Foi criado de forma significativa na França, quando o governo de François Mitterrand, do Partido Socialista, criou o Imposto sobre Grandes Fortunas, que depois mudou de nome.

Então, não, você está enganado.

Ninguém deixa de pagar imposto por falta de alíquota, não é uma questão de realização fiscal, é outra coisa. Eu e alguns temos dito que o Brasil tem uma alíquota máxima de Imposto de Renda de 27%. Nos Estados Unidos, é de 39%. Aí você me responde: "Ninguém paga a alíquota máxima". Não, você paga imposto. Imposto é um produto da alíquota para uma base de cálculo. Dados da receita americana mostram que, em 2018, a alíquota média efetiva de imposto paga pelas 25 maiores fortunas dos EUA foi de 3,4%. O homem mais rico da América, se não o primeiro, o segundo, dono da Amazon, Jeff Bezos, em 2014, não pagou um centavo de Imposto de Renda e ainda pediu uma devolução de US\$ 4 mil. Então, o que parece é quase um deboche. Essas questões devem ser comentadas com o maior profissionalismo e com menos fantasia. Quer dizer: uma pessoa muito rica é a favor de aumentar os **impostos**.

Sabe para quê? Para não pagar.

Exatamente. Não é negação, é uma questão de entender o que está em jogo. Eu poderia citar uma longa lista, tem livros e livros sobre o assunto.

Como é que não se pagam **impostos**?

São chamadas de brechas fiscais.

"No Brasil, 83 milhões de ações em curso na Justiça têm a ver com matéria tributária; 38% estão relacionadas à dívida ativa. Então, é preciso se preparar para esse aumento"

Site:

Lula sanciona hoje Reforma Tributária, com vetos

BERNARDO LIMA E VICTORIA ABEL

O principal projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** será sancionado hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com vetos, em cerimônia no Palácio do Planalto. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que os vetos são pontuais, tratando-se de questões técnicas que não afetam o mérito do texto aprovado pelo Congresso Nacional.

- Os vetos não mexem com as decisões de mérito do Congresso. Eles mexem com questões técnicas que podem afetar a implementação da Reforma -disse o ministro da Fazenda.

Deputados que participaram do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara e o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disseram que não foram procurados pelo governo para algum acordo envolvendo eventuais vetos do presidente da República ao texto aprovado pelo Congresso, o que indica que as mudanças devem ser mesmo pequenas.

TÉRMINO DO PRAZO

Lula reuniu integrantes de sua equipe ontem para discutir a sanção e os vetos. O texto foi aprovado pelo Congresso no fim do ano passado, pouco antes do recesso. O prazo para a assinatura do presidente se esgota hoje.

Além de Haddad, participaram da reunião com Lula o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin; o secretário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy; o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira; o advogado-geral da União, Jorge Messias; a ministra da Casa Civil substituta, Miriam Belchior; o secretário para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza; e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais substituto, Olavo Noleto.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabeleceu o novo sistema de **impostos** foi aprovada e promulgada pelo Congresso em 2023. Ao longo de 2024, deputados e senadores se debruçaram sobre a regulamentação da reforma. Nessa fase, os parlamentares e o governo acertaram detalhes de medidas como cashback (devolução de **tributos** para

peças de baixa renda), Imposto Seletivo (o chamado "Imposto do Pecado"), cesta básica e tarifas reduzidas, entre outros pontos.

A reforma implementa no Brasil um sistema de **tributos** que é usado em diversos países do mundo, baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esse modelo unifica **tributos**, permite maior transparência e facilidade de tributação. Com o sistema não ocorre cumulatividade de **tributos** e há mais simplificação.

No caso brasileiro, esse imposto será dual, com duas "pernas". A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, reúne PIS, Cofins e IPI. A outra perna será o Imposto sobre Bens e Serviços, uma junção do ICMS estadual e do ISS municipal.

ALÍQUOTA MÉDIA

Haddad afirmou que a alíquota média cobrada sobre o consumo será a mesma desde o início da proposta, ou seja, 22%. Alíquota média é diferente de alíquota-padrão, que é a referência geral sobre a aplicação ou não de desconto. Essa deverá ficar em mais de 28%, segundo estimativas.

- Estamos respeitando o mérito daquilo que o Congresso decidiu, até porque para nós a alíquota média é a mesma desde o começo. A alíquota média é em torno de 22%. Agora, a alíquota máxima depende das isenções, e a própria lei estipula uma revisão periódica das isenções e dos abatimentos. Quanto menos isenções, mais a alíquota-padrão vai se aproximar dos 22%, e essa não muda desde o começo dos debates - disse Haddad.

O ministro afirmou ser importante manter essa alíquota média:

- É importante notar a alíquota média, evidentemente que a alíquota média que é a importante, as outras alíquotas são definidas a partir dela, não tem como escapar dessa dinâmica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Benefício a refinaria de AM amarra sanção de reforma

Jéssica Sant'Ana e Renan Truffi De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona nesta quinta-feira (16) à tarde, em uma cerimônia no Palácio do Planalto, o principal projeto de lei complementar (PLP 68/2024) que regulamenta a reforma tributária do consumo. O prazo legal acaba hoje.

O texto será sancionado com vetos. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os vetos mexem com "questões técnicas" e têm como objetivo trazer maior segurança jurídica ao novo sistema tributário. O "mérito" da reforma será mantido, disse.

Porém, segundo apurou o Valor, há um imbróglio em relação ao benefício fiscal concedido à Refinaria da Amazônia (Ream), da distribuidora de combustíveis Atem. Técnicos da equipe econômica afirmam que é arriscado vetar o dispositivo, enquanto outra ala do governo defende o veto. Até a conclusão desta edição, o governo não havia anunciado uma decisão sobre o tema.

O benefício foi incluído na alínea "e" do artigo 441, que trata sobre quais bens e serviços não podem ter os benefícios da Zona Franca de Manaus. A alínea "e" afirma que não podem ter benefícios combustíveis, lubrificantes e derivados de petróleo, mas, na regulamentação da reforma, os parlamentares incluíram o seguinte trecho: "exceto para a indústria de refino de petróleo localizada na Zona Franca de Manaus".

Técnicos da equipe econômica dizem que, se vetar a alínea "e", o governo estaria permitindo que combustíveis, lubrificantes e derivados de petróleo usufríssem do benefício. Outra ala do governo argumenta que não haveria essa brecha, pois o tema é tratado também em outra legislação, que traz essa proibição.

O tema foi discutido ontem pelo governo. Uma das possibilidades aventadas é deixar o tema para discussão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), já que as refinarias fora da ZFM tendem a judicializar a questão. Outra fonte afirma, ainda, que é preciso respeitar a decisão política do Congresso de aprovar esse benefício, mesmo o governo sendo contra.

Outro imbróglio envolve as grandes empresas de

tecnologia e plataformas digitais, como Amazon, Shein, AliExpress, iFood e Uber, que divulgaram uma carta pedindo a sanção integral do artigo 22 do projeto de lei, que trata sobre a cobrança da Contribuição e do Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS, respectivamente) sobre as plataformas digitais.

Uma das possibilidades aventadas no governo é deixar o tema para STF. A carta foi divulgada após o rumor que o governo teria decidido vetar os parágrafos que permitiam às empresas não serem responsáveis pelo pagamento de eventuais diferenças entre os valores do IBS e da CBS recolhidos e aqueles devidos na operação pelo fornecedor. As empresas afirmam que o veto traria aumento dos custos operacionais e dos preços, com prejuízos a "milhões" de vendedores.

Os Estados e municípios também solicitaram alguns vetos ao projeto de lei, segundo apurou o Valor. Entre eles, o que deixa sob a responsabilidade do governo federal a gestão do cadastro de pessoas físicas e jurídicas e o que trata sobre o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE). A alegação é que os trechos desrespeitam a autonomia federativa e geram maior burocracia, respectivamente. (Colaborou Estevão Tatar)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188091?page=2§ion=1>

Empresas e holdings correm para poder optar por regime transitório da reforma

Pessoas jurídicas ou titulares de holdings patrimoniais que realizem a locação, cessão ou arrendamento de imóveis poderão optar por um regime de transição da **reforma tributária** que garantirá a alíquota total de 3,65% de Imposto (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Porém, o benefício só valerá para contratos que sigam os critérios da lei complementar, fruto do Projeto de Lei (PLP) nº 68/2024, que está para ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tributaristas afirmam que a opção por esse regime transitório pode ser muito vantajosa do ponto de vista fiscal. Estima-se que a nova carga tributária de IBS e CBS desses contribuintes será maior - mesmo que exista a possibilidade de apropriação de créditos - girando em torno de 8% a 15% sobre a receita bruta.

Para usar o regime alternativo, tais contratos deverão estar vigentes antes da publicação da nova lei complementar. Além disso, segundo o artigo 487 do PL 68-que ainda pode sofrer vetos do presidente da República - o contrato de locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóvel deve ter sido firmado por prazo determinado, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica.

Ainda de acordo com o dispositivo, para contrato não residencial, a opção vale pelo prazo original do contrato desde que ele seja registrado em cartório até 31 de dezembro de 2025 ou disponibilizado à **Receita Federal**. Se residencial, pode valer pelo prazo original do contrato ou até 31 de dezembro de 2028, o que ocorrer primeiro. Nesse último caso, também atestará a vigência a comprovação de pagamento da locação até o último dia do mês subsequente ao do primeiro mês do contrato.

"Embora ainda não tenhamos as alíquotas efetivas do IBS/CBS, há grande probabilidade desse regime de transição ser mais benéfico do ponto de vista fiscal", afirma o tributarista Fábio Calcini, do escritório Brasil Salomão. "Hoje, sobre o aluguel, a pessoa física só paga o IReapessoajurídica paga 3,65% de PIS e Cofins cumulativo. Com o IBS e CBS, estimamos que a carga tributária de uma holding pode chegar até 15% ", afirma.

Especialistas alertam que contratos fora desses padrões podem ser atualizados até a publicação da

nova lei. Segundo o advogado Roberto Barrieu, sócio da área tributária do Cescon Barrieu, os escritórios têm sido muito demandados pelas

empresas por conta dessa questão. "Os clientes que têm muitos imóveis estão bem interessados em aproveitar essa oportunidade", diz. "Eles têm ido aos cartórios reconhecer firma, exceto em caso de contrato eletrônico", acrescenta.

Barrieu comenta que os clientes também querem saber se continuará a valer a pena ter imóveis em nome de empresas. O advogado afirma que sim, pois, segundo seus cálculos, a carga tributária a ser recolhida, com a **reforma tributária**, ficará em torno de 19% (cerca de 8% do IBS/CBS e 10,88% do IR e CSLL), "enquanto para pessoa física, a incidência é de 27,5% de IR".

Por isso, também será importante os proprietários de imóveis avaliarem os detalhes da reforma da tributação da renda prevista para acontecer em breve. "Por enquanto, o melhor é tentar participar desse regime especial de transição", diz Barrieu.

O especialista Raphael Frattari, do VLF Advogados, destaca que a opção por esse regime transitório também é importante para o locatário que não consegue usar os créditos do IBS/CBS, a exemplo de entidades imunes, isentas e exportadoras. Segundo o especialista, contas e análises deverão ser feitas para verificar a probabilidade de aproveitamento de créditos que o locatário poderá ter. Quanto menor a chance de uso de créditos, mais interessante é optar pelo regime transitório.

Frattari, contudo, critica a validade do regime alternativo ser baseada no "prazo original do contrato". O advogado entende que não aceitarão prazos de aditivos contratuais feitos ao longo do tempo. "Não sei se é essa a efetiva intenção da **Receita Federal**, mas se for, ela é equivocada, pois o que importa é o contrato, aditivado ou não, estar em vigor no momento da publicação da lei", afirma. "O prazo que estiver no contrato deve ser respeitado".

Para o especialista Michel Siqueira Batista, do Vieira Rezende Advogados, o possível aumento de carga tributária para quem não puder optar pelo regime transitório deve resultar em nova alíquota nominal de

11,20% (considerando um percentual de 28% com aplicação do redutor de 60% válido para locação) de IBS e CBS. "Estamos alertando quem tem volume grande de imóveis, especialmente galpões, para ficar de acordo com as exigências do PL 68 e fazer a opção pelo regime transitório", afirma.

No caso de holding, Batista aponta que é preciso avaliar "se ela tem muita despesa com manutenção, vigilância ou obras, porque não poderá usar créditos disso no regime transitório".

Quem não conseguir adequar o contrato, quanto à comprovação da sua vigência, antes da publicação da lei complementar, poderá buscar o Judiciário, segundo Batista. "Se comprovada a negociação do contrato por e-mail, por exemplo, pode-se obter o reconhecimento najustiça", diz o advogado.

Batista lembra ainda que pessoas físicas que alugam imóveis poderão ser contribuintes de IBS e CBS caso a receita total com essas operações exceda, no ano anterior, R\$ 240 mil e envolva mais de três imóveis. Ou se, no ano corrente, gerar R\$288 mil (artigo 251 do PLP 68). "Por isonomia, elas poderiam pedir o direito ao uso do regime transitório, ainda que ele exija escrituração contábil", afirma.

"Há grandes chances do regime transitório ser melhor do ponto de vista fiscal"

Fábio Calcini

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188091?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188091?page=1§ion=1)**

Monofasia no gás pode gerar forte ineficiência tributária e afastar investimentos em produção

A Presidência da República deverá vetar -ou não- a inclusão definitiva do gás natural e do biometano no sistema monofásico do IBS e CBS, conforme o artigo 172, incisos IX e X do PLP 68/2024, aprovado pelo Congresso Nacional para regulamentação da **reforma tributária**. Observamos com preocupação essa proposta.

Em primeiro lugar, verificamos que o recolhimento, via IBS e CBS, único e no início da cadeia produtiva é adequado e recomendável para combustíveis líquidos, como gasolina e diesel, quando o objetivo é evitar a sonegação e a "pirataria", em um setor que envolve milhões de contribuintes finais.

Já no caso do gás natural, inexistente o risco de evasão fiscal, uma vez que sua comercialização e movimentação ocorre por meio de sistemas de gasodutos contínuos e herméticos, de fácil controle e fiscalização. Inclusive, a Lei Complementar 192/2022, que estabeleceu a monofasia do ICMS para os combustíveis líquidos, excluiu o gás deste sistema.

Outro importante aspecto é que a não inclusão do gás natural processado e do biometano do sistema monofásico não representará redução de arrecadação, se comparado com o sistema plurifásico (sistema tributário pelo valor adicionado, que é o sistema padrão para o gás no mundo inteiro).

Por outro lado, a inserção de ambos esses energéticos neste regime tributário poderá reduzir sua competitividade frente a outros combustíveis, engessar o desenvolvimento de novos negócios, retirar a atratividade de investimentos e restringir a utilização do gás natural como insumo em suas diversas potencialidades (geração elétrica, fertilizantes, químicos), na contramão do programa "Gás para Empregar", que visa reduzir os custos do gás natural para impulsionar o **PIB** industrial.

Também, o regime monofásico pode criar um obstáculo ao aumento do uso do gás natural para a geração elétrica, uma vez que cria um cenário de provável bitributação, tornando a energia elétrica mais cara para todos.

Em termos de aportes financeiros, a FGV Energia estimou que a monofasia para o Gás Natural Processado e Biometano poderá gerar mais de R\$ 9 bi em créditos tributários, que representam perdas de oportunidade de investimento na produção.

Em carta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 27 de dezembro, indicamos que os dispositivos da inclusão da monofasia são contrários ao interesse público, e que o veto dos incisos IX e X do artigo 172 do PLP 68/2024 é necessário para garantir a continuidade do desenvolvimento do mercado de gás natural brasileiro e a securitização desta matriz essencial para consolidar a transição energética nacional.

Assinaram este documento ao presidente Lula: o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), a Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás), a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (ABRAGET) e a Associação Brasileira do Biogás e Biometano (ABiogás), além da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE), que confirmou seu apoio mais recentemente.

É importante ressaltar que apoiamos a **reforma tributária**. Reconhecemos que é uma das principais medidas estruturais que vão ocorrer no Brasil nos próximos anos, por ser fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.

Porém, é essencial que se tenha uma visão e planejamento para mantermos a competitividade do segmento de gás natural no longo prazo, o que nos posiciona como um dos maiores players globais, promove a geração de empregos e renda, proporciona segurança energética e novas tecnologias verdes no grid, além de sermos um benchmark na liderança global do processo de evolução energética.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/01/monofasia-no-gas-pode-gerar-forte-ineficiencia-tributaria-e-afastar-investimentos-em->

producao.shtml

Meta de variação do PIB, além da de inflação (Artigo)

Roberto Macedo

A inflação brasileira ultrapassou o teto da sua meta em 2024, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice de preços que pauta a meta da política monetária, subindo 4,83% no ano. A meta é de 3% ao ano, mas com margem de tolerância de 1,5% para cima ou para baixo, que considero alta.

Ou seja, 4,5% é o limite superior que em 2024 foi ultrapassado pelos 4,83% citados.

Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula da Silva e que recentemente assumiu a presidência do Banco Central (BC), precisou escrever uma carta explicando o porquê dessa ultrapassagem indesejada.

Citou o crescimento da atividade econômica, o dólar em alta e o clima, este prejudicando a oferta de alimentos.

Por trás do crescimento da atividade econômica esteve também a política fiscal federal expansionista, que não mencionou explicitamente.

Segundo o economista Antonio Evaristo Teixeira Lanzana, conselheiro da Fecomercio, esse crescimento teve inicialmente menos efeitos inflacionários pois houve algum aumento da capacidade produtiva mesmo em anos de baixo crescimento, mas o efeito cumulativo desse crescimento do potencial da oferta foi se esgotando com o maior aumento da demanda.

Essa maior inflação de 2024 vai ser transferida a preços em 2025 por força da indexação anual de vários itens, com o que se espera que a inflação ainda cresça um pouco antes de possivelmente cair pelo efeito da política monetária restritiva. E terminaria o ano ainda um pouco maior do que em 2024. A previsão do Boletim Focus do BC da última sexta-feira é de que fecharia o ano em 5% e cairia para 4,05% em 2026. Juros mais altos devem inibir a oferta e a demanda nesse contexto. Ainda com dificuldades na área fiscal e chegando mais próximo do ano eleitoral de 2026, é pouco provável que o governo Lula vá fazer alguma contenção mais forte nessa área, e o risco é até de mais aumento.

Essa situação de incertezas, em particular na área

fiscal, de sua parte afeta também o câmbio. A Bolsa segue sem um crescimento sustentável do Ibovespa, não têm havido novas ofertas iniciais de ações, e houve até saída de dólares do País.

Nesse contexto, o crescimento deve sofrer, mas também por uma razão que o vem prejudicando desde os anos 1980, conforme tenho enfatizado em meus artigos. Com a expansão dos programas sociais que veio a partir de então, o governo sacrificou muito os investimentos públicos em formação bruta de capital fixo, como em infraestrutura, que antes já haviam ficado próximo de 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mas hoje já estão próximos de 2%. Mesmo quando temos um período em que o **PIB** cresce perto de 3%, como recentemente, o que também é uma taxa pequena em comparações internacionais, faltando mais investimentos ele perde o fôlego, como se espera em 2025, cuja previsão pelo mesmo Boletim Focus citado é de um aumento de apenas 2%. Ou seja, de novo a praxe é de o **PIB** voltar a um período de maré baixa.

Mas quase nada se discute a respeito desse baixo crescimento do **PIB**. O Executivo pouco fala do assunto e o Congresso se interessa mesmo é pelo crescimento das emendas parlamentares que asseguram apoio eleitoral, e esse absurdo continua sendo mantido.

A sociedade em geral também segue com baixas aspirações em termos de um crescimento maior do **PIB**, com o que não se articula para cobrar políticas econômicas nessa direção.

Percebendo isso, acho que o País deveria estabelecer também uma meta para o crescimento do **PIB**. Como visto acima, a meta de inflação estimula muito a discussão das causas subjacentes ao seu não alcance e como resolvê-las. E sem um crescimento maior do **PIB** quase tudo de bom deixa de ser ampliado: a produção de bens e serviços, os empregos, os salários, a arrecadação de impostos, os serviços públicos e por aí afora.

Uma meta de 4% para a taxa anual do **PIB** seria um bom começo. Se alcançada por alguns anos deveríamos buscar meta maior. E deveria ser fixada pelo governo como um todo, reunindo-se os Três Poderes para essa finalidade, pois a eles cabem

ações nessa direção.

Para realçar a importância do tema, a fixação da meta poderia caber ao Conselho da República previsto nos artigos 89 e 90 da Constituição.

A redução dos investimentos públicos, citada acima, certamente seria uma das causas a serem examinadas.

Se a meta não fosse alcançada, todos os Três Poderes deveriam dar suas explicações sobre as várias causas e propor soluções para resolvê-las. Não tem havido uma discussão profunda e séria quanto à busca de um crescimento do **PIB** mais forte e sustentável.

A sociedade precisaria se envolver nessa discussão por meio de suas entidades representativas. Entre outras autoridades, o conselho citado inclui o presidente da República, o da Câmara dos Deputados e do Senado, vários ministros e também "seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados".

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É
CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO
SUPERIOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fake news do Pix interdita debate - ALVARO GRIBEL

ALVARO GRIBEL

Alvaro Gribel REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

O governo revogou a resolução da **Receita Federal** que envolvia o Pix, mas a onda de fake news sobre o tema que chegou às ruas do País deixa um alerta importante sobre o que vem pela frente no debate econômico brasileiro: aprovar reformas e medidas impopulares - como as que serão necessárias para reequilibrar as contas públicas - será muito mais custoso em um ambiente político polarizado e sob forte influência das redes sociais.

O crescimento vertiginoso das notícias falsas sobre economia tem as digitais do bolsonarismo, que domina como ninguém a tecnologia de disseminar inverdades nas redes; mas certamente essa expertise será adotada pelos petistas quando chegar o momento da alternância de poder que sempre ocorre nas democracias.

Um estudo elaborado pelo analista do Banco Central Breno Lima Moreira mostra que as fake news sobre temas econômicos saltaram de 1,1% do total em 2019 para 9,9% em 2023.

"O espaço ocupado pelo tema Economia entre os relatos de desinformação se manteve estável e em patamar muito baixo nos primeiros três anos da amostra: 1,1% em 2019; 0,9% em 2020; e 0,7% em 2021. Em 2022, houve um aumento para 3,6% e, em 2023, houve aumento significativo para 9,9%", diz o estudo.

O grande salto coincide com a ida do bolsonarismo para a oposição e teve a **inflação** como principal alvo de desinformação, segundo esse levantamento.

Os dados coincidem com a notícia dada pelo Estadão de que os vídeos de opositores sobre o Pix, entre eles da bancada do PL, repercutiu 20 vezes mais do que as explicações dadas por parlamentares petistas.

A verdade é que o Pix não pode ser tributado, porque a própria resolução do Banco Central que regulamentou o meio de transferência, em 2020, o proíbe. "É vedada a cobrança de tarifas, por parte da instituição detentora da conta de depósitos ou da

conta de pagamento pré-paga, no âmbito do Pix", diz o artigo 3.º do texto.

Durante a tramitação do pacote de cortes de gastos, em dezembro, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) também foi alvo de fake news, com a repercussão disseminada de que o governo queria acabar com o programa, quando na verdade o objetivo era conter a indústria de concessões pela via judicial. O resultado é que a proposta foi esvaziada no Congresso e depois ainda teve trecho vetado por Lula.

No curto prazo, a vida do ministro Fernando Haddad ficará mais difícil para conseguir convencer Lula a cortar gastos. No longo, perderemos todos com a precarização do debate na economia e a vitória da desinformação nas redes sobre a comunicação e o jornalismo tradicionais.

Ambiente polarizado, com forte influência das redes sociais, vai dificultar discussão de temas econômicos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conta de juros dispara e exige esforço fiscal maior (Editorial)

O governo conta centavos para obter um déficit fiscal que seja o mais perto possível do zero, enquanto que a conta quase trilionária de juros cresce aceleradamente. Nos doze meses concluídos em novembro, o déficit nominal do setor público atingiu 9,5% do **PIB**, ou R\$ 1,11 trilhão. No ano até novembro, os juros consumiram R\$ 918,2 bilhões, ou 7,85% do **PIB**, R\$ 205 bilhões a mais que no mesmo período de 2024. Para conter a **inflação**, em boa parte impulsionada pelos gastos públicos, o Banco Central apontou que elevará a taxa Selic em 1 ponto percentual nas duas reuniões até março, até 14,25%. Pelas expectativas dos investidores, a taxa não para por aí e ultrapassará 15%.

Nesse ritmo, e se nada for feito, o Brasil, que não tinha até há pouco uma crise fiscal no horizonte, começará a flertar com uma.

Uma comparação com 25 países emergentes e desenvolvidos, feitas pelo BTG, colocou o déficit nominal brasileiro, que contabiliza os juros e o saldo entre gastos e receitas, em segundo lugar, atrás apenas da Bolívia (Valor, ontem). Para o banco, o rombo total das contas chegou a 7,8% do **PIB** em 2024 e subirá a 8,6% em 2025. Esses números são substancialmente maiores que os 4,2% de média dos países da América Latina ou dos 5,7% da média dos países emergentes. Como a dívida bruta do Brasil já era maior que a dos demais emergentes (87,6% do **PIB** ante 70,8% da média, segundo o FMI, que tem critérios contábeis distintos do BC brasileiro), o aumento da carga de juros é um desastre que poderia ser evitado.

O alto déficit nominal de países próximos do Brasil no ranking, como Índia (7,8%), China (7,4%), Estados Unidos (7,3%) e África do Sul (6,2%), não significa que as situações são comparáveis ou que não haveria problemas em exibir resultados negativos dessa magnitude. A taxa de juros real brasileira (descontada a **inflação**) é muito elevada, a segunda maior do mundo, acima de 8%. A Índia pode ter um déficit quase semelhante, pois se financia pagando 2,43% de juros. A China, cujo déficit é crescente, tem taxa perto de zero. A África do Sul paga 4,48% e os Estados Unidos, 1,65%.

Até o governo petista apresentar seu novo regime fiscal, havia o temor dos investidores de que a dívida

bruta fosse crescer sem controle. Houve certo alívio depois que, pelo novo regime, foi prometido um superávit primário de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026, último ano do mandato de Lula. Mas já em abril a desconfiança voltou, para não sair mais do horizonte. As metas foram mudadas, o superávit foi reduzido a 0,25% do **PIB** a ser alcançado apenas em 2026. Como o governo tem mirado a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para baixo, o governo Lula poderá passar seus quatro anos de governo sem reduzir em um único centavo a dívida bruta (R\$ 9,1 trilhão, ou 77,7% do **PIB**) e sequer conseguir levar as contas primárias ao azul.

Dessa maneira, sem economias necessárias de um superávit primário, o endividamento bruto está evoluindo rapidamente, embalado por taxas de juros que já eram altas e se tornarão ainda mais elevadas ao longo deste ano. Para impedir que a dívida continue crescendo, o governo teria de produzir um superávit primário de pelo menos 1,5% - há avaliações de que seria preciso mais, 2,5%. Na metade do mandato de Lula, a dívida bruta já aumentou 6 pontos percentuais do **PIB**. Pelas projeções da Instituição Fiscal Independente do Senado, ela chegará a 86,1 % em 2026 e atingirá 100% em 2030. Nessa progressão, não haverá espaço para juros civilizados e o mais provável é que haja problemas para refinanciamento dos débitos ao longo do caminho.

Na comparação com os países emergentes, o Brasil é um dos países que mais arrecadam - 39,3% do **PIB** em 2024, ante uma média de 27%. Mas isso não é grande vantagem já que é um dos que mais gastam (incluindo juros), 46,2% do **PIB**, comparado à média de 32,6% do **PIB**, segundo estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A escalada dos juros coloca o governo diante do dilema entre fazer um aperto para equilibrar as contas e suas ambições eleitorais. Mas ela também aflige o setor privado e os investimentos. A empresa de avaliação de riscos Fitch informou ontem, por exemplo, que na última vez em que a taxa Selic subiu acima dos 13% as notas de crédito das empresas brasileiras foram reavaliadas na proporção de 5 rebaixamentos para uma elevação. Como os empréstimos seguem a taxa básica, o endividamento aumentará e o risco de emprestar se elevará, aumentando os prêmios.

Diante da aceleração do endividamento, o governo teria de se comprometer a não apenas frear os gastos, mas também a obter superávits primários relevantes logo. As despesas não incluídas no computo das metas fiscais se somam à dívida e, ainda que seja importante quase conseguir zerar o déficit primário, como pode ter ocorrido em 2024, isso está se tornando irrelevante diante da escalada dos juros e dos estragos na inflação provocadas pelo câmbio, que em parte se move pela fragilidade fiscal crescente. Os custos eleitorais de uma inflação em alta deveriam também entrar nos cálculos do governo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188091?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188091?page=2§ion=1)**